



XIX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea

Florianópolis | Santa Catarina | Brasil
25, 26 e 27 de novembro de 2019
ISBN: 978-85-68618-07-3



AS AÇÕES DE APOIO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA/UDESC

ANA ELISE CARDOSO INÁCIO

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

ana.inacio@udesc.br

RESUMO

Este estudo tem como objetivo abordar descritivamente e realizar uma reflexão sobre as ações realizadas na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC com relação a assistência estudantil. Com o intuito de refletir, mesmo que brevemente, sobre a democratização do ensino universitário é que temas como a assistência estudantil, sobretudo, por meio de auxílios financeiros, torna-se enriquecedora. A democratização do ensino universitário está relacionada a diversas ações, indo desde o sistema de cotas a políticas institucionais. Para discutir este tema é que se propôs realizar uma reflexão de como estas ações ocorrem em uma universidade estadual e pública. Como forma de se obter os resultados foi realizado um estudo preliminar sobre o objeto de pesquisa com a identificação de seus processos e dos envolvidos. Os dados foram coletados por meio de documentos disponibilizados pela própria universidade. Esta pesquisa caracteriza-se por ser um estudo predominantemente qualitativo e descritivo. Os dados coletados permitiram concluir que nos últimos anos, a UDESC vêm aumentando e aperfeiçoando suas ações com relação a assistência estudantil. Existe ainda, porém, alguns entraves principalmente com relação aos recursos que a universidade recebe e consegue disponibilizar para tais ações.

Palavras chave: Educação Pública Superior, Assistência Estudantil, Política estudantil.

1. INTRODUÇÃO

Requisitada por diversos setores da sociedade moderna, a universidade tem o papel fundamental de produzir o conhecimento e, capacitar, principalmente jovens, para atuarem no mercado de trabalho. Mas, além disto, são atribuições, principalmente das universidades públicas, o desenvolvimento cultural, econômico e social de diversas regiões do país. Por ter um papel tão relevante para toda e qualquer sociedade, torna-se fundamental que sejam oportunizados, cada vez mais, o acesso e permanência no ensino superior.

É sabido que nas últimas décadas, o governo brasileiro investiu em ensino superior, buscando sua ampliação e reestruturação, como também criando políticas públicas que fortalecessem o acesso e a permanência no ensino. Os desafios ainda são muitos, mas a busca pela democratização torna-se primordial para o país modificar sua sociedade e disponibilizar a gerações futuras, mais oportunidades. É justamente pensando no papel que as universidades exercem que este estudo objetiva refletir sobre a assistência estudantil, exercida em uma universidade estadual e pública no Estado de Santa Catarina.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O papel social da universidade

O papel da universidade, principalmente das universidades públicas, vem se transformando ao longo dos anos. Assumiu novos formatos e funções sociais, e tem na assistência estudantil um importante instrumento para auxiliar milhares de alunos a concluírem seus estudos.

A universidade tem como especificidade “em ser ela a instituição que liga o presente ao médio e longo prazo pelos conhecimentos e pela formação que produz e pelo espaço público privilegiado de discussão aberta e crítica que constitui” (SANTOS, 2005, p. 86). Desta forma cabe a ela, ser o local de instrumentalização do conhecimento técnico, como também ser o local no qual se constrói conhecimento por meio de pesquisas, estudos e discussões.

Marilena Chauí (1998), observa a universidade como uma instituição social, científica e educativa, na qual sua identidade passa por princípios, valores, regras e formas de organização próprias. Segundo a autora, o reconhecimento e a legitimidade social da universidade estão historicamente ligados à sua capacidade de lidar com as ideias, buscar o saber, descobrir e inventar o conhecimento. Assim nesse processo, o papel da universidade é interrogar, refletir, criticar, criar e formar, tendo importante função no avanço e na consolidação da democracia, que implica compromisso com a luta pela democratização dos meios de produção da vida humana.

Para a autora, a universidade enquanto instituição social exprime a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Assim, “vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade” (CHAUI, 2003, p.5). É justamente pensando nestas contradições e nas desigualdades existentes dentro do próprio ambiente universitário, que as políticas de permanência estudantil se tornam primordiais para auxiliar muitos jovens a mudarem sua realidade com a conclusão de um curso universitário.

Do mesmo modo, Panizzi (2014) observa a universidade do ponto de vista social e no contexto da sociedade da informação. Para a autora é delegada a universidade, enquanto agente proativo de promoção e fomento do desenvolvimento social, a tarefa de produzir, sempre conhecimento. Este referendado e apoiado na realidade em que está inserido e no território do qual faz parte. A universidade, enquanto instituição, é vista por Severino (2009), como lugar específico do ensino superior a dedicar-se a formação do cidadão autêntico. Seu

papel, segundo o autor, vai muito além da formação do profissional, do técnico e do especialista e por mais que os resultados históricos não tenham correspondido a essa expectativa, a finalidade intrínseca ainda permanece, que é a de ser formadora da consciência social e de um projeto político minimamente equitativo, justo e emancipador.

Assim, vemos que esta instigante instituição, altamente complexa, possui a função de não só criar, formar e transmitir o conhecimento, mas possui também o papel de desenvolver social e economicamente a nação.

São as universidades as principais instituições com funções e dinâmicas marcadamente sociais que mais radicalmente cumpre a responsabilidade pela produção e pelo aprofundamento de uma consciência nacional, pelo sentimento de cidadania e pela constituição de uma sociedade científica fundada sobre o valor público (DIAS SOBRINHO, 1999, p.155).

Com olhar voltado a um mundo pautado pelo conhecimento e pela informação, Mello (2011) afirma que a universidade se torna mais do que no passado, um instrumento estratégico e decisivo à formulação de políticas autossustentáveis e de longo prazo, para o desenvolvimento humano.

Para Mello (2011), o bem-estar dos cidadãos e as possibilidades de participação social, dependerão da forma como as sociedades irão incorporar ao seu cotidiano avanços e mudanças. Para o autor, a educação superior e a formação continuada serão os únicos fundamentos à universalização da cidadania plena.

Nesse sentido, a universidade ganha centralidade estratégica na afirmação do Estado moderno e, segundo Mello (2011), seu papel torna-se tão relevante ao ponto de disseminar novas crenças e parâmetros éticos, além de ter influência na padronização dos comportamentos coletivos, “momento em que o conhecimento da natureza e da sociedade torna-se, definitivamente, fonte de poder e a ciência, questão política prioritária” (MELLO, 2011, p.67).

Para o autor, o ensino superior torna-se mais do que um “bem de utilidade pública” ou um “privilegio de poucos”, pois além de vincular-se a outras esferas da vida social como saúde, cultura e mundo do trabalho, é a única condição para o exercício da cidadania plena (MELLO, 2011).

A universidade moderna se converteu numa organização complexa, diversificada, prestadora de serviços múltiplos, permeável ao jogo econômico, social e político de seu meio, tensionada por inúmeras variáveis e demandas, entre as quais se incluem aquelas por conhecimento novo e por desenvolvimento material, fenômeno que lhe obriga a uma revisão permanente de suas funções e objetivos, de seus métodos e práticas acadêmicas, com interferência direta em sua dinâmica de relacionamento com a comunidade de pertencimento (MELLO, 2011, p. 68).

Para Mello (2011), em uma sociedade globalizada e altamente competitiva, novas funções parecem somar-se às já tradicionais funções existentes na universidade. Além da formação profissional de nível superior (ensino) e de produção de conhecimento (pesquisa), soma-se a função de distribuição do conhecimento e de sua aplicação direta na geração de inovação tecnológica, sendo esta a principal fonte de produtividade e motor de desenvolvimento econômico contemporâneo.

O autor ainda destaca outra função, a de formação continuada e a educação humanística voltada para a cidadania. Para o autor, mesmo que estas atividades sejam relacionadas ao ensino, merecem destaque, pois “são duas missões que se sobrepõem, cada vez mais, à

agenda universitária, desafiando a academia a rever suas estratégias de atuação (...)” (MELLO, 2011, p.71).

Assim, segundo Mello (2011), a educação continuada ou permanente é colocada para a universidade em decorrência das contínuas revoluções que se processam nas bases do conhecimento e nos campos de sua atuação, no mercado de trabalho, na distribuição ocupacional e na ampliação dos espaços de participação social, e que exigem uma permanente atualização de informações e conhecimentos para o pleno exercício da cidadania.

Nesse sentido, as demandas e necessidades se ampliam, e a universidade também se amplia para além dos limites tradicionais e passa a oferecer outras configurações e modalidades, atentas à multiplicidade de qualificações. Como mantenedora do desenvolvimento social, a universidade, principalmente a pública, deve proporcionar acesso e permanência aos jovens em idade escolar. Assim, neste processo e para minimizar as desigualdades históricas brasileiras, algumas políticas públicas têm sido de grande relevância.

Sobre esse assunto Silva e Veloso (2010) apontam que inicialmente deve-se conhecer que acesso, permanência e expansão são fenômenos distintos, mas possuem reflexos mútuos, o que implica estudá-los de forma integrada.

A permanência dá sentido ao acesso, configurando a continuidade da trajetória de formação; a expansão tem relação (e impacto) com o acesso, na proporção do crescimento quantitativo (instituições, vagas, matrículas, docentes, financiamento) e das suas características (ensino público/gratuito, organização acadêmica, curso, avaliação/qualidade). De igual forma, poder-se-ia mencionar outros fenômenos distintos, mas a ele articulados, como financiamento e evasão. Tais questões convergem para a afirmativa de que o acesso não comporta uma explicação isolada ou descontextualizada (SILVA; VELOSO, 2010, p.222).

Sobre o problema de acesso, Oliveira et.al (2008) argumenta também que o sistema nacional de educação superior ainda não está aberto às amplas camadas populacionais no Brasil e a universalização do acesso constitui-se tema emergente, complexo e de fundamental importância.

A "massificação" encetada a partir dos anos 1990 teve um viés mercadorizante, via oferta de ensino superior pago, e visou atingir, majoritariamente, o trabalhador-estudante (ou o estudante-trabalhador) que, em tempos de flexibilidade no mundo do trabalho e de incentivo às soluções individuais, buscou sua formação em nível superior na iniciativa privada (OLIVEIRA, et.al 2008, p.77).

Para Oliveira et.al (2008) a busca da universalização da educação superior necessita também da melhoria da qualidade do ensino na educação básica e para tanto é primordial ampliar as possibilidades de acesso dos alunos de escolas públicas com programas de financiamento para estudantes com baixo poder aquisitivo e ampliação da oferta de ensino pós-médio. O autor destaca também, a possibilidade de formação em áreas técnicas e profissionais com o aumento da oferta de número de vagas para cursos de graduação, sobretudo no período noturno, bem como, a formação de quadros profissionais, científicos e culturais na investigação e pesquisa acadêmica para a busca de soluções para os problemas da sociedade brasileira (OLIVEIRA et. al.2008 p. 86).

Ainda sobre a problemática do acesso, Ristoff (2008) acredita que se a década de 90 o lema era expandir, sobretudo, o ensino privado, as próximas décadas devem ter como lema a democratização. “E isto significa criar oportunidades para que os milhares de jovens de classe

baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior” (RISTOFF, 2008, p.45).

Para o autor, é necessário muito além de expandir o setor privado e aumentar as vagas no setor público, é necessário democratizar e para tanto, ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos e que assegurem o acesso e a permanência a todos são imprescindíveis.

O PROUNI, a criação de novos *campi* nas instituições federais de ensino superior (IFES), a proposta, sempre tímida, de expansão do ensino noturno público, a criação de novas universidades federais, a proposta de conversão da dívida dos Estados em investimentos na educação, a criação da Universidade Aberta, a expansão da educação a distância, a criação de bolsas permanência, a retomada das contratações de docentes e técnicos, são algumas das ações que apontam para o caminho da democratização (RISTOFF, 2008, p.45).

De acordo com Ristoff (2008), somente com políticas de expansão, combinadas com a democratização do acesso e da permanência, é possível fazer com que a universidade não seja mais um reflexo das distorções existentes em sociedade.

Diante deste quadro, Ristoff (2008, p.48) destaca alguns desafios que precisam ser enfrentados na educação superior nos próximos anos. Dentre eles, superar a expansão da oferta de vagas para chegarmos à efetiva democratização do acesso e da permanência dos estudantes de baixa renda; buscar um equilíbrio entre o público e o privado; trabalhar a diversidade institucional em estreita relação de seus objetivos aos objetivos maiores do Estado brasileiro; buscar, por meio de políticas compensatórias, um equilíbrio entre a oferta de educação nas diversas regiões do país e a representação percentual da população na sociedade brasileira; superar a ociosidade das vagas no ensino superior privado com programas de valorização do ensino médio e de políticas mais agressivas de financiamento estudantil, acompanhada da expansão da oferta pública e de racionalização da oferta no setor privado.

2.2 Uma breve discussão do programa de assistência estudantil no Brasil

No Brasil, o sistema educacional está envolvido por três planos, que somados, servem de parâmetro para aqueles que trabalham com o ensino e refletem o projeto de nação brasileiro referente à educação. São eles: As Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996), o Plano Nacional da Educação – PNE (BRASIL, 2001) e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2007).

Sancionada em 2001, a Lei nº 10.172, que estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE está baseada em três pilares principais, os quais são: a educação como direito de todos, educação como fator de desenvolvimento social e econômico do país, educação como instrumento de combate à pobreza e de inclusão social (BRASIL, 2001). Com base nestes pilares, um dos principais desafios brasileiros para o ensino superior é expandir e conquistar a taxa líquida de 33% da população de 18 a 24 anos no ensino superior, assegurada a qualidade da oferta e expansão para pelo menos 40% das novas matrículas no segmento público, (BRASIL, 2001).

Entre as estratégias prioritárias estabelecidas no PNE para o cumprimento dessa meta, destacam-se: otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, ampliar a oferta de vagas, fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil; consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, ampliar, no âmbito do Fundo

de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), os benefícios destinados à concessão de financiamento, e ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas (BRASIL, 2014, p.41).

Já sobre o PDE, Lima (2013), enfatiza que nele a educação superior ganhou destaque, sobretudo, com os termos democratização e expansão, que passaram a ser os termos norteadores no contexto das razões do PDE. Ainda com Lima (2013, p.88), o PDE tinha como princípios: Expansão da oferta de vagas, dado ser inaceitável que somente 11% de jovens, entre 18 e 24 anos, tivessem acesso a esse nível educacional; Garantia de qualidade, pois não bastaria ampliar o número de vagas à universidade, seria preciso fazê-lo com qualidade, Promoção de inclusão social pela educação, minorando o histórico de desperdício de talentos, considerando que significativo contingente de jovens competentes e criativos tem sido sistematicamente excluídos por um filtro de natureza econômica, Ordenação territorial, permitindo que o ensino de qualidade fosse acessível às regiões mais remotas do País, e Desenvolvimento econômico e social, fazendo da educação superior, enquanto formadora de recursos humanos altamente qualificados ou como peça imprescindível na produção científico-tecnológica, elemento-chave da integração e da formação da nação.

Assim, para contemplar estas metas, três instrumentos foram de grande relevância. Sendo eles, segundo Lima (2013), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, no quesito expansão e reestruturação; o Programa Universidade para Todos - PROUNI e o Fundo de Financiamento ao Estudante - FIES, no quesito acesso, e, no quesito regulação e avaliação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes - ENADE.

Para Lima (2013), é necessário pensar em investimentos para a educação, entretanto, existem questões que precisam ser reelaboradas pela sociedade brasileira e que passam por questionamentos e a vontade de superação do imperativo capitalista. Neste sentido, destaca que no sistema atual, não é prioridade que todos os cidadãos tenham acesso ao ensino, pois, é necessário para a manutenção das diferentes classes sociais, que existam pessoas com baixa escolaridade para realizarem atividades subalternas. Por isso é fundamental também discutir questões como essas, para então se pensar na massificação do ensino universitário. Para o autor, é preciso construir uma dimensão de democracia em que o direito a educação de qualidade, desde a infância, seja alcançado pela totalidade, ao ponto de dignificar todos os cidadãos e também a sociedade. “Mas este caminho não poderá ocorrer por concessão, antes é uma reivindicação política, um dos principais desafios para a maioria da população brasileira, uma vez que não será a elite que encampará qualquer mudança estrutural” (LIMA, 2013, p.93)

Cabe ainda ressaltar que, no Brasil a trajetória da assistência estudantil está fortemente ligada a trajetória da assistência social. Sendo as duas resultantes de lutas e de movimentos sociais. De acordo com Vasconcelos (2010), estas discussões emergiram por meio de duas frentes, uma foi o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a outra por meio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que defendiam além da integração das instituições de ensino superior, a igualdade de oportunidades para os estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Isso inclui a permanência e conclusão do curso e a prevenção da retenção e evasão escolar por motivos socioeconômicos.

Sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, criado através da Portaria Normativa Nº 39 em dezembro 2007, mas institucionalizado em 2008, destina-se a auxiliar estudantes matriculados em cursos de graduação presencial de instituições federais de ensino superior e apresenta como objetivo “ viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os

estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão” (MEC, 2019).

Segundo Vasconcelos (2010, p. 45), o PNAES “foi fruto de esforços coletivas de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público”.

O objetivo do PNAES é fornecer assistência estudantil como auxílio moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Os recursos disponíveis são repassados as universidades federais que executam o programa, além de acompanhar e avaliar seu desenvolvimento. O PNAES permitiu uma gama de eixos de atuação, articulando assim diferentes áreas e proporcionando um padrão de proteção social amplo, além de permitir o acúmulo de distintas assistências. Além disto, por permitir a autonomia entre as universidades na gestão dos recursos, torna-se adaptado as necessidades locais e aos recursos disponíveis.

A autonomia na gestão dos recursos é garantida no inciso 2º do Decreto N 7.234 de 2010, que diz que “Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados” e seu foco baseia-se na necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

2.3 Sobre a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

A Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, foi criada em 1965, acompanhando o projeto desenvolvimentista da época. “A universidade, que nasceu com a vocação de desenvolver as regiões do Estado em diferentes setores, trouxe indubitavelmente outra inovação no cenário universitário brasileiro a partir da criação de infraestruturas multicampi”. (UDESC, 2015).

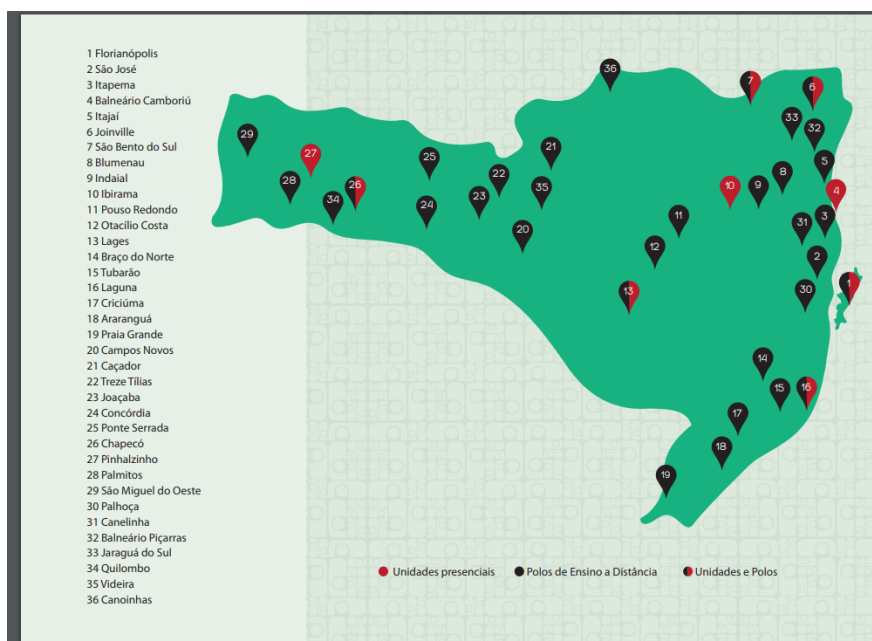
Por meio do Decreto Estadual nº 2.802, de 20 de maio de 1965, a então Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC) incorporou as unidades de ensino superior já existentes (Faculdade de Educação e o Instituto de Educação, Faculdade de Engenharia de Joinville, Escola Superior de Administração e Gerência e Faculdade de Agronomia e Veterinária de Lages). A UDESC é fruto desde sua criação, da junção de Escolas Superiores e por ser multicampi.

De lá para cá, muita coisa mudou. A universidade conta hoje com 12 unidades distribuídas em nove cidades do Estado de Santa Catarina, além dos polos de apoio presencial para o ensino a distância, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil – UAB. Tem cerca de 15 mil alunos, 58 cursos de graduação e 48 programas de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado).

Em seu corpo docente efetivo, 95% dos professores são mestre e doutores. O ingresso na universidade pode ser feito via vestibulares (verão e inverno), Sistema de Seleção Unificada (SISU) e editais de transferência. Ao todo, são mais de três mil vagas todos os anos, sendo 20% para estudantes de escolas públicas e 10% para negros. (UDESC, 2018)

No mapa a seguir é possível observar a área de atuação da universidade no ensino com seus Centros e Polos, caracterizando-a por ser multicampi.

Mapa 1: Atuação da UDESC em SC



Fonte: UDESC, (2018). Disponível em: <

https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Livro_Ensino_Udesc_digital_1540932459722_3011.pdf>

Acesso em 12 de julho de 2019.

Além dos cursos de graduação e pós-graduação. A UDESC por ser uma universidade, atua em pesquisa e extensão. Em 2018, em informações disponibilizadas no sítio da universidade, consta a atuação de 178 Grupos de Pesquisa, 1026 projetos de pesquisa e 466 bolsas de iniciação científica. Já na Extensão, a UDESC registrou em 2018 a atuação de 300 ações que incluem cursos, palestras, eventos e projetos ofertados à comunidade, abrangendo assim, cerca de 713 mil pessoas.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se por ser de natureza qualitativa, do tipo descritiva e interpretativa. Segundo Vergara (2010, p. 242), a abordagem qualitativa contempla “a subjetividade, a descoberta, a valorização da visão de mundo dos sujeitos. As amostras são intencionais, selecionadas por tipicidade ou acessibilidade”. Nesta pesquisa, a abordagem qualitativa destaca-se, pois, o conhecimento foi produzido a partir da subjetividade formada por meio de documentos e bibliografias que proporcionaram o acúmulo de informações e pela observação do objeto de estudo, visto pela visão de mundo do sujeito de pesquisa.

Já sobre estudo descritivo, destaca-se Marconi e Lakatos (2007), que apontam a pesquisa científica dimensionada em três aspectos: histórica, descritiva e experimental. Neste trabalho, a pesquisa descritiva, caracteriza pelo processo de descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos.

Além disto, destaca-se que a abordagem qualitativa foi realizada em duas etapas, a primeira se constituiu de uma pesquisa teórica e a segunda de uma pesquisa empírica. Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa traz o caráter descritivo, o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave, a preocupação do pesquisador com o processo e não com os resultados, a análise indutiva dos dados, e, o significado, como sendo a preocupação essencial. Por fim, no que tange aos procedimentos, esta é uma pesquisa bibliográfica e documental. Os dados foram obtidos por meio de fontes primárias como leis e relatórios e secundárias, como obras e artigos.

4. RESULTADOS

O primeiro passo para compreender os programas de assistência estudantil da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC consistiu em identificar os setores responsáveis por sua execução. Embora trate-se de uma universidade estadual, a instituição vem ao longo dos anos, qualificando e ampliando os seus programas de assistência estudantil. Neste sentido, no ano de 2016 foi criada na UDESC, a Coordenadoria de Assuntos Estudantis – CAE, em substituição à Coordenadoria de Apoio à Comunidade Universitária e que realizava atendimentos tanto aos discentes quanto aos docentes e técnicos administrativos.

A criação da CAE foi importante pois concentrou em um único local, atendimento aos estudantes com relação a acesso, permanência estudantil, desempenho acadêmico, cultura, saúde e também desporto.

Assim, com o objetivo de atender e garantir a permanência os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos cursos de graduação, é que a UDESC oferece o Programa de Auxílio Financeiro aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica - PRAFE. O programa é parte das ações de assistência estudantil e visa a permanência na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. O Programa é composto por diversos auxílios como: alimentação, moradia, transporte, emergencial e subsídio refeição.

Os auxílios mais utilizados são o auxílio alimentação, que é uma ajuda de custo recebida mensalmente no valor de R\$ 250,00 Reais e o auxílio moradia, que é uma ajuda de custo no valor de R\$ 300,00 Reais. Nestes auxílios é permitido o acúmulo com outros auxílios bem como bolsas, como bolsas de apoio discente, pesquisa, monitoria ou extensão. O auxílio é concedido a acadêmicos que pertencem a grupos familiares com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, seguindo o quantitativo de vagas disponibilizados em Edital específico. Seu tempo de vigência é de 12 meses podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, desde que se continue atendendo os critérios de renda, reprovações, frequência escolar e período de integralização curricular.

Seguindo os mesmos critérios, tem-se ainda o auxílio transporte no valor de R\$ 200,00 Reais, concedidos preferencialmente a acadêmicos que não residam no mesmo município do *campus* em que estuda e assim utilizem transporte intermunicipal sem conexão com a cidade destino ou que o município do *campus* não ofereça desconto no valor do transporte coletivo (passe do estudante).

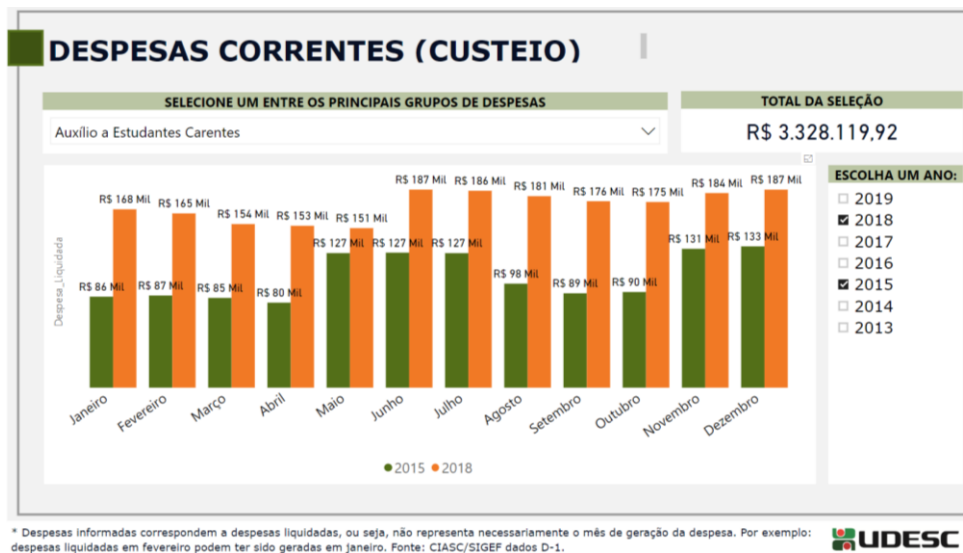
Já o auxílio emergencial, que é uma ajuda de custo temporária, atualmente, variando o valor de R\$ 250,00 a R\$ 550,00 reais é concedido durante o período máximo compreendido entre a aprovação da solicitação do discente e a próxima data de início de vigência do Edital para a mesma modalidade (auxílio alimentação e/ou auxílio moradia). Cabe ao estudante comprovar a situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica, criteriosamente identificada pela CAE mediante parecer de assistência social, com índice inferior àquele do último discente contemplado pela seleção de edital do PRAFE em vigor, nos limites da reserva financeira do PRAFE e atendidos os critérios estabelecidos pela CAE. (UDESC, 2019)

Além disto, a universidade oferece o auxílio Refeição que é um auxílio financeiro para refeição no *Campus* disponibilizado nos dias letivos, pode ser acumulado com outros auxílios e bolsas, com exceção do auxílio alimentação e possui uma vigência de 6 meses prorrogáveis.

Nos gráficos disponibilizados a seguir, é possível observar o crescimento em investimento da universidade com os auxílios nos últimos anos, como também o investimento em bolsas aos acadêmicos de graduação. No caso dos auxílios, utilizando-se como base os

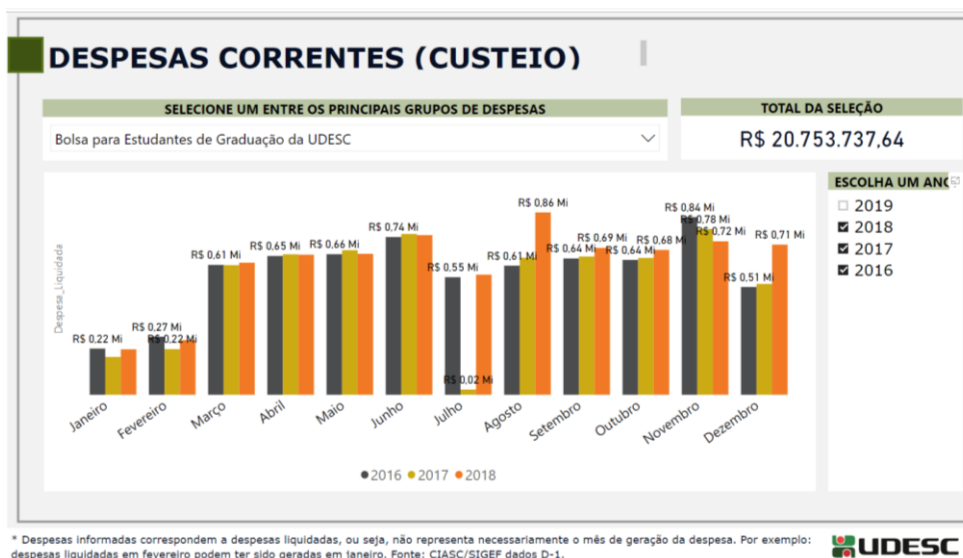
anos de 2015 e 2018, percebe-se um aumento de quase 40% em investimentos. Em 2015 a UDESC investiu R\$ 1.260 milhão de reais e em 2018 R\$ 2.067 milhões de reais.

Gráfico 1: Investimento da UDESC em auxílios nos anos de 2015 e 2018



Fonte: Disponível em : < <https://www.udesc.br/numeros> > Acesso em 11 de julho de 2019.

Gráfico 2: Investimentos da UDESC em bolsas de graduação



Fonte: Disponível em : < <https://www.udesc.br/numeros> > Acesso em 11 de julho de 2019.

Os estudantes da UDESC, contam além dos auxílios, com o Serviço de Assistência Integrada à Saúde Universitária (Saisu), composto por quatro profissionais, uma enfermeira, duas assistentes sociais e uma psicopedagoga.

O atendimento em enfermagem consiste em atendimentos de assistência, verificação de sinais, curativos, dentro outros no *Campus* I localizado em Florianópolis. Além de terapias complementares e integrativas como auriculoterapia, acupuntura e craniopuntura nos demais Centros no interior do Estado e na Capital.

Já o serviço de psicopedagogia, consiste em dar suporte ao processo de ensino e aprendizagem, além de apoiar a promoção da saúde mental e social de servidores e alunos da UDESC. E o serviço social, que traz orientações e encaminhamentos para a rede social de atendimento existentes nos municípios e regiões onde tem centros da universidade. O trabalho também consiste em realizar análises socioeconômicas, a partir de critérios de elegibilidade existentes, para concessão de benefícios e acompanhamento aos estudantes, por meio de entrevistas, visitas domiciliares, análise documental, estudos sociais e pareceres técnicos.

Além do que já foi abordado até aqui, enfatiza-se que a UDESC no ano de 2019 vem discutindo com a comunidade universitária (docentes, discente e técnicos administrativos), a elaboração de um documento que será encaminhado as instâncias responsáveis para a criação e normatização das Políticas de Assuntos Estudantis – PAE. Que terá como objetivo reconhecer a educação como direito social voltado ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além de garantir o acesso, a permanência, a diplomação e atendimento aos egressos, na perspectiva da inclusão social, educação em direitos humanos, com formação científica e filosófica ampliada, para a produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

Entre as ações que estão nesta proposta, encontra-se o pré-vestibular comunitário, o sistema de cotas, moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, apoio pedagógico, inclusão digital, cultura, esporte, participação e aprendizagem de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, superação da violência, preconceito e discriminação, promoção das atividades educativas em direitos humanos.

A política de assuntos estudantis que vem sendo construída e que será composta por um conjunto de programas que envolvem pagamentos de auxílios, bolsas acadêmicas, ações e serviços acadêmicos das diferentes áreas da assistência estudantil, mostra uma indicação da universidade a tornar-se mais eficiente com relação não só a aplicação de recursos, como também trabalhar em áreas que permitirão dar subsídios aos acadêmicos para não só acessarem, mas também finalizarem seus estudos.

5. CONCLUSÃO

A universidade como vimos no decorrer deste artigo, é constituída por diversos papéis. Sua ação vai desde ser o caminho para certificar as profissões à criação e produção do conhecimento. Conhecimento este capaz de modificar realidades e sociedades. É um local plural, antagônico e composto por uma complexidade de interesses e projetos, capazes de não só transformar, mas discutir, fazer e repensar a ciência.

Vimos também, que no caso das universidades brasileiras, principalmente as públicas, nas últimas décadas foram incorporadas diversas políticas que buscaram não só o conhecimento, mas também redemocratizar a universidade. Isto implica dizer que, nos últimos anos, importantes políticas públicas e programas foram designados a Educação. O sistema de Cotas, programas como o Programa Universidade para Todos - PROUNI, O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e o Programa de Financiamento Estudantil - FIES, vieram para trabalhar em duas frentes, ampliação de vagas e garantias de acesso, como também o trabalho de permanência estudantil.

Neste sentido, a busca da permanência estudantil, é que o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES foi criado e é fruto destas políticas públicas. Muito embora este plano seja feito para universidades federais, podemos dizer que, por sua institucionalização há mais de 10 anos, é que em universidades estaduais, como é o caso da UDESC, a preocupação e o cuidado com programas de permanência aumentaram.

Na UDESC, como foi apresentado nesta pesquisa, é possível observar que houve um crescimento tanto no investimento, quanto na preocupação em normatizar por meio da Resolução que tratará das políticas de assuntos estudantis. A universidade vem caminhando, muito embora ainda lentamente, dependente do aumento de repasses do governo para ampliar seu investimento em assistência estudantil.

De qualquer modo, este estudo, ainda que introdutório, possibilitou a reflexão de que a UDESC está trabalhando com a permanência estudantil e vem aumentando consideravelmente seus repasses nos últimos anos. A construção neste ano do PAE, para normatizar o assunto dentro das esferas deliberativas da instituição, mostram claramente a intensão em trabalhar e garantir cada vez mais esta política a seus estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm> Acesso em 10 jul.2019.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm > Acesso em 10 jul.2019

BRASIL, Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.

CHAUI, Marilena. A Universidade hoje. In: Praga: Estudos marxistas. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.

CHAUI, Marilena. A Universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2003 N°24

DIAS SOBRINHO, José. Concepções de Universidade e avaliação institucional. In: TRINDADE, Hélió (org.) (1999), Universidade em Ruínas na República dos Professores. Petrópolis: Editora Vozes.

LIMA, Paulo Gomes. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: Alguns cenários e leituras. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLO, Alex Fiúza de. Globalização sociedade do conhecimento e educação superior. Brasília. Editora da UNEB, 2011.

OLIVEIRA, João Ferreira. Et. al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINI, Marília. (org). Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB. Brasília, INEP, 2008.

PANIZZI, Wraana; MEIRELLES, Mauro. Em busca das origens: pensando o papel da Universidade e seus compromissos com o desenvolvimento local e do país. XIV Colóquio Internacional De Gestão Universitária – CIGU. Florianópolis, dez. dez. 2014.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINI, Marília. (org). Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB. Brasília, INEP, 2008.

SANTOS, Boaventura Sousa. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade, São Paulo. Cortez, 2005.

SEVERINO, Antônio J. Expansão do ensino superior: contextos, desafios e possibilidades. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

SILVA, MARIA DAS GRAÇAS M; VELOSO, TEREZA A. Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. Campo Grande-MS, n. 30, p. 221-235, jul./dez. 2010

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UDESC,. Revista UDESC 50 anos: A trajetória da Universidade dos Catarinenses. Florianópolis,2015. Disponível em: <http://www1.udesc.br/agencia/arquivos/13068/files/revistaUdesc50anos_VERSAOCORRETA.pdf> acesso em 12 de julho de 2019.

UDESC. Relatos e Retratos do Ensino de Graduação da UDESC. 2018. Disponível em: <https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Livro_Ensino_Udesc_digital_1540932459722_3011.pdf> Acesso em 12 de julho de 2019.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Revista da Católica*, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

VERGARA, Sylvia. Métodos de pesquisa em Administração. Rio de Janeiro: Atlas, 2010.